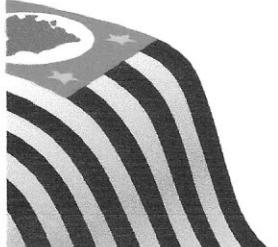


Inciso XVII - Balanços dos exercícios encerrado e anterior e demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício, de entidade pública gerenciada;



Rua Rio Negro, 48
Itaquaquecetuba – SP - CEP 08599-280
Telefone: (11) 4645-7200 | 4646-7706

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA HOSPITAL GERAL "SANTA MARCELINA" DE ITAQUAQUECETUBA

CNPJ/MF: 60.742.616/0007-55
CREMESP nº 31745

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado do Exercício	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	9

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA
 HOSPITAL GERAL "SANTA MARCELINA" DE ITAQUAQUECETUBA
 CNPJ 60.742.616/0007-55

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017

Em reais

ATIVO	NE	2017	2016	PASSIVO	NE	2017	2016
Circulante		1.295.060	1.287.870	Circulante		27.868.556	24.233.851
Disponibilidades	4	274.666	500.509	Fornecedores		2.607.640	3.080.101
Contas a Receber		41.759	26.056	Obrigações trabalhistas		4.244.330	3.765.502
Adiantamentos a func./Fornecedores		19.549	15.716	Obrigações sociais	8a	1.203.930	1.090.674
Estoques	5	855.357	673.896	Obrigações tributárias	8b	2.042.312	1.705.562
Despesas Antecipadas		60.324	58.548	Verbas e subvenções	10	3.420.294	3.028.065
Outros Créditos		43.405	13.145	Férias e encargos		10.067.653	8.188.818
				Contas a pagar serviços terceiros		2.801.620	1.925.832
				Provisão para processos judiciais	9	1.480.777	1.449.297
Não Circulante	7a	9.531.114	7.596.101	Não Circulante		10.203.249	9.458.575
Depósitos Judiciais		9.204.559	7.292.717	Provisão para processos judiciais	9	993.352	2.160.860
Impostos a restituir		326.555	303.384	Depósitos Judiciais	7b	9.209.897	7.297.715
Permanente		5.962.318	6.618.750	Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(21.283.313)	(18.189.705)
Imobilizado	6	5.962.318	6.618.750				
Intangível		-	-				
Total do Ativo		16.788.492	15.502.721	Total do Passivo		16.788.492	15.502.721

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis


 Ir. Rosane Ghedin
 Diretora Presidente


 Luís Roberto Teles
 Contador
 CRC1SP182.786/0-8

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA
HOSPITAL GERAL "SANTA MARCELINA" DE ITAQUAQUECETUBA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2017
Em reais

	NE	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		126.206.659	118.417.336
Receitas de atividades assistenciais		124.998.398	116.190.755
Com assistência médica hospitalar	13a	124.998.398	116.190.755
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias		1.208.261	2.226.581
Com doações	15	6.116	861
Financeiras deduzidas das despesas	16	72.485	693.153
Verbas de investimentos		405.045	393.347
Outras receitas		724.615	1.139.220
DESPESAS OPERACIONAIS		129.300.267	125.398.104
Despesas com atividades assistenciais		129.300.267	125.398.104
Despesas com pessoal		87.841.909	80.430.522
Despesas administrativas e gerais		4.447.438	6.477.777
Serviços prestados por terceiros		18.506.256	19.416.313
Medicamentos e materiais		17.550.227	18.041.094
Depreciação / amortização		949.618	1.027.191
Impostos e taxas		4.819	5.207
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(3.093.608)	(6.980.768)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



**ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA
HOSPITAL GERAL "SANTA MARCELINA" DE ITAQUAQUECETUBA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS
Em reais**

	2017	2016
Patrimônio social		
No início do exercício	(18.189.705)	(11.208.937)
Déficit do exercício	(3.093.608)	(6.980.768)
No final do exercício	(21.283.313)	(18.189.705)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA
HOSPITAL GERAL "SANTA MARCELINA" DE ITAQUAQUECETUBA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(em reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(3.093.608)	(6.980.768)
Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa	981.098	2.281.348
Depreciações e amortizações	949.618	1.027.191
Contingências	31.480	1.254.157
Variações no ativo e passivo circulante	1.435.179	3.190.867
Adiantamentos	(3.833)	(8.129)
Estoques	(181.461)	100.630
Contas a Receber	(41.759)	
Despesas antecipadas	(1.775)	374
Depositos judiciais e impostos a restituir	(1.935.013)	(87.709)
Outros créditos	(4.204)	(187.000)
Fornecedores	(472.461)	1.183.806
Obrigações trabalhistas	478.828	89.844
Obrigações sociais	113.256	149.459
Obrigações tributários	336.749	345.043
Verbas e subvenções	392.229	(233.287)
Férias e encargos	1.878.835	884.041
Outras contas a pagar	875.788	953.795
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(677.331)	(1.508.553)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(293.186)	(606.476)
Baixas de bens no imobilizado	-	410.171
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(293.186)	(196.305)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento/Diminuição do exigível a longo prazo	744.674	
Caixa Líquido consumido nas Atividades de Financiamento	744.674	-
Variação de caixa e equivalente de caixa	(225.843)	(1.704.858)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	500.509	2.205.367
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	274.666	500.509
Variação de caixa e equivalente de caixa	(225.843)	(1.704.858)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA
HOSPITAL GERAL SANTA MARCELINA DE ITAQUAQUECETUBA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		
Com assistência médica hospitalar	126.134.173	117.724.183
Com doações, verbas e outras	125.403.442	116.584.102
	730.731	1.140.081
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	40.253.500	43.684.764
Serviço de terceiros e outros	17.550.227	18.041.094
	22.703.273	25.643.670
VALOR ADICIONADO BRUTO	85.880.673	74.039.419
RETENÇÕES		
Depreciação	949.618	1.027.190
	949.618	1.027.190
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	84.931.055	73.012.229
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	88.416	696.605
Receitas financeiras	88.416	696.605
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	85.019.471	73.708.834
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	85.019.471	73.708.834
Impostos, taxas e contribuições	87.841.909	80.430.522
Despesas financeiras, juros, aluguéis	4.819	5.207
Déficit do exercício	266.351	253.873
	(3.093.608)	(6.980.768)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
Em reais

1. A ENTIDADE

a. Reconhecimento de utilidade pública:

A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral “Santa Marcelina” de Itaquaquecetuba, filial da Associação Filantrópica da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública há mais de quatro décadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade.

A O.S.S. Santa Marcelina de Itaquaquecetuba tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Geral de Itaquaquecetuba, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, em 16 de dezembro de 2.011, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde regida pela Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1.998.

b. Áreas de atuação

A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas:

1. Preventiva e comunitária;
2. Curativa;
3. De reabilitação; e
4. De ensino e pesquisa.

c. Da manutenção

O hospital tem como fontes de renda a prestação de serviços a pacientes SUS mediante convênio e através de subvenções governamentais, donativos oriundos da comunidade, de empresas, instituições e de pessoas físicas.

O resultado econômico que conseguir dos serviços que presta será aplicado na melhoria de recursos humanos e materiais do hospital de comum acordo com a Secretaria de Estado da Saúde.

d. Da organização

A estrutura orgânica do hospital está composta por:

1. Administração Hospitalar;
2. Pastoral da Saúde;
3. Serviços Médicos;
4. Serviços Técnicos; e
5. Serviços Administrativos.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 – relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 16 de janeiro de 2017. De acordo com as exigências de divulgação contidas nos Pronunciamentos do CPC a Diretoria declara que somente foram divulgadas as informações que acredita ser relevantes

2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir.

- a. **Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das subvenções, outras receitas e despesas é o de competência. As doações são apropriadas ao resultado quando recebidas;
- b. **Aplicações financeiras:** São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado;
- c. **Ativo circulante e não circulante:** Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável;
- d. **Ativo imobilizado:** Composto dos bens recebidos com Permissão de Uso do Governo do Estado de São Paulo por força do convênio firmado e dos bens próprios, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em consideração o período de vida útil;
- e. **Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos;
- f. **Férias a pagar e encargos:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;
- g. **Contribuição ao INSS e impostos:** Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda.
- h. **Verbas para investimentos:** Classificados no passivo e reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário para confronto com as despesas correspondentes. A subvenção relacionada a ativo depreciável é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.
- i. **Uso de estimativa:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

3. DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO (não auditado)

Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Item	Meta	Produção 2017	Variação	Produção 2016
Totais Saídas – Internações SUS	12.576	13.638	-1,01%	13.776
Nº de Saídas Clínicas	8.112	9.176	-2,53%	9.408
Nº de Saídas Cirúrgicas	4.464	4.462	2,11%	4.368
Nº de Consultas Ambulatoriais	32.676	32.145	1,94%	31.520
Nº de Atendimentos de Urgência	54.000	59.874	4,91%	56.933
Nº de Atividades SADT	18.600	19.187	8,18%	17.618
Hemodiálise	19.656	17.183	7,52%	15.891

Outras Informações

Item	2017	2016
Nº de Leitos – Média	247	247
Taxa de Ocupação – Média	108,33%	106,87%
Permanência – Média	10,64	6,98
Nº de Partos Realizados	4.081	4.286

O Hospital Geral “Santa Marcelina” de Itaquaquecetuba atende integralmente e sem distinção a toda população gratuitamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representadas substancialmente a saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, assim distribuídos:

Descrição	2017	2016
Fundo fixo	2.500	2.500
Subtotal	2.500	2.500
Aplicações financeiras	272.166	498.009
Total	274.666	500.509

5. ESTOQUES

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2017	2016
Drogas e medicamentos	331.566	180.529
Consumo hospitalar	185.796	155.848
Fios cirúrgicos	15.587	22.300
Banco de Sangue	1.925	2.100
Órteses e próteses	29.051	23.347
Demais estoques	291.432	289.772
Total	855.357	673.896

6. IMOBILIZADO

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas anuais de Depreciação	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens de Uso					
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10%	6.703.024	(4.742.597)	1.960.427	2.256.390
Móveis e utensílios	10%	935.051	(643.965)	291.086	357.910
Máquinas e equipamentos	10%	1.749.733	(1.167.711)	582.022	754.691
Veículos	20%	208.166	(186.786)	21.380	21.380
Instalações	10%	96.552	(89.643)	6.909	19.156
Equipamentos de informática	20%	674.670	(591.537)	83.133	63.368
Subtotal		10.367.196	(7.422.239)	2.944.957	3.472.895
Imóveis					
Benfeitorias em Imóveis	4%	1.587.069	(133.685)	1.453.384	1.516.867
Edificações	4%	1.625.226	(706.246)	918.980	983.991
Terrenos		644.997	-	644.997	644.997
Subtotal		3.857.292	(839.931)	3.017.361	3.145.855
Total imobilizado líquido		14.224.488	(8.262.170)	5.962.318	6.618.750

As benfeitorias em imóveis referem-se as construções e instalações em terrenos do próprio Governo do Estado e depreciados linearmente a razão de 4% ao ano.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldos no início do exercício	6.618.750	7.449.401
Adições		
Aparelhos médicos e cirúrgicos	227.057	73.849
Móveis e utensílios	17.195	21.274
Máquinas e equipamentos	1.800	38.361
Equipamentos de informática	47.134	15.422
Imobilizado em andamento	-	457.570
Baixas líquidas	-	(410.171)
Depreciações	(949.618)	(1.026.956)
Saldos no fim do exercício	5.962.318	6.618.750

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro os depósitos judiciais sobre as ações movidas pela entidade e os impostos a recuperar, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

(a) Realizável a Longo Prazo

Descrição	2017	2016
Depósitos Judiciais – PIS	9.204.559	7.292.717
Impostos a restituir (*)	326.555	303.384
Total	9.531.114	7.596.101

(*) Refere-se a impostos descontados indevidamente pelo SUS, e que se espera recuperar em razão da isenção gozada pela entidade mantenedora.

La

(b) Exigível a Longo Prazo

Descrição	2017	2016
Depósitos Judiciais – PIS	9.204.559	7.292.717
Outros Depósitos Judiciais	5.338	4.998
Total	9.209.897	7.297.715

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração passou a classificar o valor do PIS como obrigação. O Saldo no passivo não circulante em 31/12/2017 é de R\$ 9.204.559.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

(a) Obrigações Sociais

Descrição	2017	2016
INSS a recolher	416.230	385.742
FGTS a pagar	698.655	624.139
PIS sobre folha a recolher	86.518	76.815
Outras Obrigações	2.527	3.978
Total	1.203.930	1.090.674

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração passou a classificar o valor do PIS como obrigação.

(b) Obrigações tributárias

Descrição	2017	2016
IRRF a recolher	1.684.917	1.312.720
Outras retenções de terceiros	357.395	392.842
Total	2.042.312	1.705.562

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.

Descrição	2017	2016
Reclamações trabalhistas	1.480.777	1.449.297
Contingências no passivo circulante	1.480.777	1.449.297
Reclamações trabalhistas	434.849	1.239.207
Processos cíveis	558.503	921.653
Contingências no longo prazo	993.352	2.160.860
Total	2.474.129	3.610.157



10. VERBAS E SUBVENÇÕES

Refere-se a recursos recebidos para investimentos como segue:

Descrição	2017	2016
Verbas a aplicar ^(a)	819.545	239.849
Verbas aplicadas ^(b)	5.628.814	5.543.466
Subtotal	6.448.359	5.783.315
Contrapartida Receitas	(3.028.065)	(2.755.250)
Total da conta	3.420.294	3.028.065

(a) Verbas de investimentos a aplicar.

(b) Verbas de investimentos aplicadas, cujo reconhecimento da receita está sendo efetuado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

11. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício:

Descrição	2017	2016
Ordenados e salários	75.251.649	69.689.903
Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%
Subtotal	20.919.958	19.373.793
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	1.431.516	1.441.630
Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%
Subtotal	286.303	288.326
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	21.206.261	19.662.119

(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes (SAT/RAT) 2%

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos.

Em 2017 o valor do passivo a descoberto apresentado é de (R\$21.283.313), e déficit de R\$ (3.093.608). Em 2016 o passivo descoberto era de (R\$ 18.189.705).

A Entidade tem como principal fonte de recursos o repasse do SUS o qual foi aprovado na assinatura do contrato de gestão para um período de 5 anos. Termos aditivos são firmados anualmente estabelecendo-se o repasse para o exercício.

13. VERBAS RECEBIDAS

(a) Verbas Contrato de Gestão

As verbas em 2017 foram liberadas face ao termo aditivo de retirratificação ao contrato de gestão, através do processo nº 001.0500/000034/2016 (Processo de origem n.º 001.0500.000068/2011), e demais termos aditivos conforme abaixo discriminado:



Verba	2017
Termo aditivo n.º 01/17	122.094.000
Termo Retirratificação Aditivo nº 01/17	104.398
Termo aditivo n.º 03/17	2.800.000
Total	124.998.398

(b) Verbas recebidas para investimentos

As verbas para investimentos recebidas em 2.017 foram no montante de R\$ 793.734 e diretamente classificadas no passivo, vide nota explicativa n.º 12, de acordo com a Resolução CFC N.º 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07).

Verba	2017
Termo aditivo nº 02/17	793.734
Total	793.734

(c) Verbas para projeto especial

Em 27 de julho de 2017 foi firmado o Termo de Retirratificação ao contrato de gestão nº 01/17 com o objetivo da realização do Projeto Especial “Mutirão de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos” como estratégia para ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) definido pela Portaria MS-GM nº 1294 de 25 de maio de 2017, ficando ajustado um repasse de R\$ 104.397,60 para custeio deste projeto. Os repasses seriam feitos entre agosto e dezembro de 2017. No entanto até o encerramento do exercício não haviam sido repassadas as parcelas de novembro e dezembro totalizando o valor de R\$ 41.759,04.

14. CUSTO X SERVIÇOS PRESTADOS (Não auditado)

Em atendimentos a Resolução do Conselho Federal de contabilidade 1409/02 que aprovou a ITG 2002 item 27 letra ‘n’ a qual revogou a Resolução CFC nº 877 NBTC 10.19 demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas.

Apuração Financeira SUS	
Exercício 2017	
SUS	Valor em Reais
Total dos Custos	126.219.751
Total das Receitas	18.011.317
Resultado	(108.208.434)
Percentual – Déficit	-700,78%
Isenções Impostos	
Isenções INSS Hospital	21.206.261
Isenções COFINS Hospital	540.340
Total das Isenções	21.746.601
Resultado com Isenções	
Resultado SUS	(108.208.434)
Resultado Isenções Geral	21.746.601
Resultado com Isenções	(86.461.833)



15. DOAÇÕES RECEBIDAS

No exercício foram recebidas doações de materiais e medicamentos no montante de R\$ 6.116 (R\$ 861 em 2016)

16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2017 e de 2016, estão demonstrados abaixo:

Descrição	2017	2016
Despesa financeira		
Juros e multas	(107.386)	(16.198)
Despesas bancárias	(15.692)	(3.252)
Subtotal	(123.078)	(19.450)
Receita financeira		
Rendimentos aplicações	105.202	549.986
Juros ativos	-	983
Descontos obtidos	90.361	161.634
Subtotal	195.563	712.603
Total	72.485	693.153

17. COMPENSAÇÕES

A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição e contrato de gestão celebrado em 16 de dezembro de 1.999, processo n.º 001.0001.002.426/99, firmou um Termo de Permissão de Uso com o Hospital Regional Santa Marcelina de Itaquaquecetuba, conforme abaixo.

Descrição	2017	2016
Isenção da cota patronal	21.206.261	19.662.119
Termos de permissão de uso	7.236.411	7.236.411
Total	28.442.672	26.898.530

Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Seguradora	Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil	1.500.000,00	15/07/2018
Allianz Seguradora	Seguro Predial	30.000.000,00	20/10/2018
Itaú Seguro	Seguro de Veículos	200.000,00	25/09/2018
Porto Seguro	Seguro de Equipamentos Médicos	49.100,00	25/09/2018

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.



CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60

**Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações do Resultado dos Exercícios	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**À Diretoria e Associadas da
Casa de Saúde Santa Marcelina
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa de Saúde Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa de Saúde Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Demonstrações do valor adicionado

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto.

Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2018.



COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

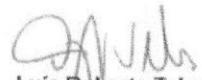


JOSÉ LUIZ DE FARIA
Contador
CRC-1SP116.868/O-8

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
 CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60
 Balanço Patrimonial
 Em milhares de reais

ATIVO	NE	2017	2016	PASSIVO	NE	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	187.091	232.996	Fornecedores		294.450	276.756
Contas a receber	4	98.803	45.738	Obrigações trabalhistas	10a	23.513	23.300
Estoques	5	70.488	167.402	Obrigações sociais	10b	42.776	39.972
Adiantamentos	6	14.228	12.056	Obrigações tributárias	10c	12.736	12.143
Despesas antecipadas		3.273	7.513	Empréstimos e financiamentos	11	13.695	12.079
Mutuos		272	276	Férias e encargos a pagar		14.539	12.540
Outros Créditos		27	-	Contas a pagar serviços terceiros		89.150	80.429
		-	11	Provisão para processos judiciais	13	4.045	3.568
				Receitas a apropriar	14	77.155	78.785
				Adiantamento de clientes		162	59
				Outras contas a pagar		4.701	4.768
Não Circulante		260.221	248.236	Não Circulante		116.858	107.187
Realizável a longo prazo	7	92.652	81.434	Outras contas a longo prazo - Obrigações sociais	10b	89.431	76.413
				Outras contas a longo prazo - Obrigações tributárias	10c	1.183	1.062
				Empréstimos e financiamentos	11	-	13.070
				Provisão para processos judiciais	13	26.244	16.642
				Parcelamentos		0	
Permanente		167.569	166.802	Patrimônio líquido		36.004	97.289
Imobilizado	8	167.569	166.801				
Intangível	9	-	1				
TOTAL DO ATIVO		447.312	481.232	TOTAL DO PASSIVO		447.312	481.232


 Ir. Rosane Chedin
 Diretora Presidente


 Luis Roberto Teles
 Contador
 CRC1SP182.786/0-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
 CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 Em milhares reais

	NE	2017	2016
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		1.356.567	1.398.241
Receitas de atividades assistenciais		1.314.970	1.325.182
Com assistência médica hospitalar	15.1	398.547	364.891
Glosas	15.1	(6.769)	(2.791)
Contratos de gestão OSS Estaduais	15.2	326.652	262.184
Contratos de gestão OSS Municipais	16	596.540	646.291
Com verbas e subvenções		-	54.607
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias		41.597	73.059
Outras receitas operacionais		12.253	34.718
Verbas de investimentos		6.946	5.560
Financeiras deduzidas das despesas	20	830	5.044
Com doações	21	10.824	12.130
Verbas de investimentos Pronon	19	793	116
Serviços voluntários	28	3.556	4.925
Outras receitas não operacionais		6.395	10.566
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.418.043)	(1.328.255)
Despesas com atividades assistenciais		(1.411.937)	(1.319.781)
Despesas com pessoal		(957.434)	(861.976)
Despesas administrativas e gerais		(47.284)	(58.805)
Serviços prestados por terceiros		(221.250)	(222.071)
Medicamentos e materiais		(175.491)	(167.032)
Depreciação / amortização		(10.126)	(9.619)
Impostos e taxas		(352)	(278)
Outras Despesas		(6.106)	(8.474)
Outras despesas operacionais		(91)	(1.057)
Bolsa residente		(2.459)	(2.492)
Serviços voluntários	28	(3.556)	(4.925)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(61.476)	69.986

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em milhares reais

	2017	2016
Patrimônio social		
No início do exercício	97.289	26.354
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.958
Transferências patrimoniais	158	210
Doações de bens patrimoniais	33	192
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.411)
Superávit/Déficit do exercício	(61.476)	69.986
No final do exercício	36.004	97.289

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
 CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 (em milhares reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit/deficit líquido	(61.476)	69.986
Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa	19.460	13.829
Depreciação	9.190	9.619
Ajustes lançados na conta de depreciação	-	(943)
Bens recebidos em doação	33	192
Transferências patrimoniais	158	211
Provisão para processos judiciais	10.079	4.203
Ajustes de contingências	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1.958
Ajustes de exercício anterior	-	(1.411)
Variações no capital circulante	116.109	(50.694)
Contas a receber	96.914	(64.910)
Adiantamentos	4.240	(2.276)
Estoques	(2.172)	(1.122)
Outras contas a receber	11	(12)
Mútuos a receber	(27)	-
Despesas Antecipadas	4	21
Realizável a longo prazo	(11.218)	(10.334)
Transferências	-	-
Fornecedores	213	(937)
Obrigações Trabalhistas	2.804	5.081
Obrigações Sociais	13.611	15.243
Obrigações tributárias	1.737	(2.881)
Férias e encargos à pagar	8.721	1.911
Contas a pagar serviços terceiros	2.865	(1.461)
Receitas a apropriar	(1.630)	11.814
Adiantamentos de clientes	103	(408)
Outras contas a pagar	(67)	(423)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	74.093	33.121
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(15.800)	(14.241)
Baixas de bens no imobilizado	5.865	1.895
Transferências entre contas	(23)	-
Vendas de bens permanentes	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(9.958)	(12.346)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	(11.070)	(19.663)
Novos empréstimos	-	-
Aumento do exigível a longo prazo	-	-
Subvenções e doações patrimoniais	-	-
Caixa Líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(11.070)	(19.663)
Variação de caixa e equivalente de caixa	<u>53.065</u>	<u>1.112</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.738	44.626
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>98.803</u>	<u>45.738</u>
Variação de caixa e equivalente de caixa	<u>53.065</u>	<u>1.112</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares reais

	2017	2016
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	1.355.737	1.386.449
Com assistência médica hospitalar	1.314.970	1.269.101
Com doações, verbas e outras	40.767	117.348
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	450.131	446.553
Materiais consumidos	175.491	167.032
Serviço de terceiros e outros	274.640	279.521
VALOR ADICIONADO BRUTO	905.606	939.896
RETENÇÕES	10.126	9.619
Depreciação	10.126	9.619
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	895.480	930.277
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.909	12.101
Receitas financeiras	4.909	12.101
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	900.389	942.378
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	900.389	942.378
Pessoal e encargos	957.434	861.977
Impostos, taxas e contribuições	352	333
Despesas financeiras, juros, aluguéis	4.079	10.082
Superávit/Déficit do exercício	(61.476)	69.986

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Reconhecimento de utilidade pública:

A Casa de Saúde Santa Marcelina, é uma Associação Civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública e como entidade filantrópica pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, Processo nº 25000.204495-2015 deferido através da Portaria nº 1496 de 26 de Outubro de 2016 e publicada no Diário Oficial da União de 26/10/2016, Página 45, Seção I, com validade 01/01/2016 à 31/12/2018. A Entidade é ainda portadora do Certificado de Inscrição nº 4289 junto ao CONSEAS Conselho Estadual de Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo.

b. Áreas de atuação e objeto social

A Associação tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nos seguintes seguimentos carentes em nosso país:

- Prestar assistência integral à saúde da população através de serviços hospitalares, ambulatoriais e de centros de saúde.

c. Administração

Conforme os estatutos sociais, a Associação é governada pela Assembléia Geral das Associadas, Irmãs de Santa Marcelina, e é dirigida e administrada no dia-a-dia por uma Diretoria eleita pela Assembléia para um mandato de seis anos, sem direito a qualquer espécie de remuneração ou indenização.

d. Manutenção financeira da Associação

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da CSSM são provenientes principalmente de:

- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- De donativos de pessoas físicas e jurídicas;
- De diárias hospitalares, serviços ambulatoriais e SADT;
- De contribuições de alunos;
- De receitas assistenciais;
- De contratos de prestação de serviços; e
- De receitas financeiras.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 – relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 20/03/2017.

2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir.

O resumo das principais práticas contábeis adotados:

- a. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor;
- b. **Ativo circulante e não circulante:** Registrados pelo valor de realização, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável;
- c. **Ativo immobilizado:** Os ativos immobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo;
- d. **Ativo intangível:** Foram registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e amortizados linearmente de acordo com o prazo de contrato de despesas;
- e. **Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos;
- f. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída para valores a receber em atrasos considerados de difícil recuperação;
- g. **Férias a pagar e encargos:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;
- h. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG25 - Resolução CFC nº 1.180/09;
- i. **Contribuição ao INSS e impostos:** Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina, por ser uma entidade filantrópica, é imune ao pagamento de quaisquer impostos, taxas e contribuições, incluindo a do INSS (cota patronal) sobre os salários pagos aos seus empregados.
- j. **Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações são registradas pela sua realização financeira;
- k. **Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos como receita diferida na demonstração da posição financeira e transferidos para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional para compensar os custos que pretendam compensar. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato à Entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.
- l. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a



estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, férias, créditos de liquidações duvidosas, produção de serviços médicos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos na data do balanço estavam compostos como segue:

(a) Com restrição

Descrição	2017	2016
Bancos	1	1.019
Aplicações financeiras	78.380	33.484
Subtotal	78.381	34.503

(b) Sem restrição

Descrição	2017	2016
Caixas	30	27
Bancos	214	23
Aplicações financeiras	20.178	11.185
Subtotal	20.422	11.235
Total (a + b)	98.803	45.738

4. VALORES A RECEBER

Os saldos a receber estão substancialmente representados por serviços prestados conforme as normas estabelecidas pelo convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde, com convênios particulares, mensalidades e outros.

Descrição	2017	2016
Convênio SUS	15.829	14.318
Convênio com empresas e particulares	43.765	38.317
Convênios com órgãos públicos	15.616	117.788
Outras contas	438	809
Menos: provisão para perdas	(5.160)	(3.830)
Total	70.488	167.402

5. ESTOQUES

Os estoques em 31 de dezembro, valorizados pelo custo médio, que não supera o valor de mercado, são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Materiais médicos hospitalares e consumo	6.773	5.703
Drogas e medicamentos	4.513	3.875
Gêneros alimentícios	378	272
Matéria prima e embalagens	-	3
Material de manutenção	428	364
Orteses e próteses	2.136	1.839
Total	14.228	12.056



6. ADIANTAMENTOS

Referem-se a adiantamentos a empregados, fornecedores e prestadores de serviços.

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	647	834
Adiantamentos a funcionários	2.574	6.638
Importação em andamento	30	22
Outros Valores	22	19
Total	3.273	7.513

7. REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

Substancialmente compostos na data do balanço por depósitos judiciais decorrentes de contestação de cobranças tributárias e de encargos sociais.

Descrição	2017	2016
Depósitos judiciais PIS	89.431	76.185
Depósitos judiciais diversos	1.869	1.974
Total – depósitos judiciais	91.300	78.159
Contas a receber – contingências ativas	834	2.555
Impostos a recuperar	518	720
Total	92.652	81.434

8. IMOBILIZADO

Demonstrado com base no valor original de custo:

Descrição	Taxas	2017	2016
Edifícios	2-4%	102.916	103.650
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (*)	2-4%	4.251	3.494
Terrenos	-	19.240	19.240
Aparelhos médicos e cirúrgicos	5-10%	63.624	58.838
Máquinas e equipamentos	5-10%	9.965	9.410
Equipamentos e sistemas de informática	20%	4.182	3.998
Móveis e utensílios	5-10%	10.517	8.338
Instalações	10%	7.804	7.196
Veículos	10-20%	2.094	1.937
Obras em andamento	-	11.006	9.287
Imobilizações em andamento	-	2.082	2.335
Subtotal		237.681	227.723
Depreciação acumulada		(70.112)	(60.922)
Total imobilizado líquido		167.569	166.801

(*) A amortização das benfeitorias realizadas no imóvel pertencente ao Instituto das Irmãs de Santa Marcelina e cedido em comodato de forma gratuita ao Ambulatório de Especialidades Médicas da Zona Leste é calculada com base no prazo do contrato de gestão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo.



A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	166.801	163.128
Adições		
Aparelhos médicos e cirúrgicos	5.587	7.616
Móveis e utensílios	2.226	819
Máquinas e equipamentos	706	718
Veículos	156	152
Edificações Hospitalares	-	2.806
Instalações	608	32
Equipamentos de informática	450	315
Imobilizado em andamento	4.081	1.693
Obras em andamento	1.986	91
Ajustes de conciliação entre contas	23	-
Baixas líquidas	(5.865)	(1.895)
Depreciações	(9.190)	(8.673)
Saldos no fim do exercício	167.569	166.801

E por unidade a composição do imobilizado é como segue:

	Hosp. Santa Marcelina	Hospital de Rondônia	Hospital Cidade Tiradentes	OSS Ame	OSS Itaim Paulista	OSS Itaquaquecetuba	Total de 2016
Edifícios	99.210	1.403	74	734	2.534	3.212	107.167
Terrenos	15.720	-	-	-	2.876	644	19.240
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	36.150	3.367	9.804	1.568	6.031	6.704	63.624
Máquinas e Equipamentos	4.880	1.146	1.156	174	859	1.750	9.965
Equipamentos e sistemas de informática	1.165	532	855	447	508	675	4.182
Móveis e Utensílios	4.055	2.635	1.193	501	1.198	935	10.517
Instalações	5.053	-	37	247	2371	96	7.804
Veículos	346	1.135	-	50	355	208	2.094
	166.579	10.218	13.119	3.721	16.732	14.224	224.593
Imobilizações em andamento	2.082	-	-	-	-	-	2.082
Construções em andamento	9.889	1.117	-	-	-	-	11.006
Depreciação Acumulada	(36.763)	(3.909)	(9.847)	(2.357)	(8.974)	(8.262)	(70.112)
Total	141.787	7.426	3.272	1.364	7.758	5.962	167.569

Do total do imobilizado líquido de R\$ 167.569 mil, R\$ 90.487 mil se referem a ativos da entidade e o saldo de R\$ 77.082 mil, corresponde aos bens adquiridos com recursos de investimentos por meio de contratos e/ou convênios de gestão dos governos estaduais e municipais, sobre os quais a entidade tem controle e responsabilidade.

9. INTANGÍVEL

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pelas NBC T.19.8, Resolução CFC n.º1.139/08, e NBC T.19.8 – IT 1 – Resolução CFC n.º 1.140/08.

Descrição	Taxas anuais de depreciação	2017	2016
Software		-	2.173
Amortizações Acumulada	20%	-	(2.172)
Total		-	1

A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	1	4
Amortizações	(1)	(3)
Saldos no fim do exercício	-	1

10. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(a) Obrigações Trabalhistas

Descrição	2017	2016
Salários a pagar	42.456	39.685
Pensão alimentícia	166	154
Rescisões a pagar	154	133
Total	42.776	39.972

(b) Obrigações Sociais

Descrição	2017	2016
INSS a recolher	4.415	4.483
FGTS a pagar	7.368	6.771
PIS sobre folha a recolher	917	846
Outros	36	43
Total Circulante	12.736	12.143

Descrição	2017	2016
PIS sobre folha a recolher	89.431	76.413
Total – Não Circulante	89.431	76.413

O recolhimento do PIS está sendo discutidos judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração optou por apropriar esses valores como obrigação legal até a conclusão da sentença.

(c) Obrigações tributárias

Descrição	2017	2016
IRRF terceiros a recolher	12.275	10.561
PIS, Cofins e CSLL	646	804
ISS – Impostos sobre serviços	79	95
Obrigações tributárias em contestação judicial	675	598
Outros	20	21
Total Circulante	13.695	12.079

Descrição	2017	2016
Depósito Judicial Estadual e Municipal	674	1.062
Outros	509	-
Total – Não Circulante	1.183	1.062



11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representam empréstimos e financiamentos como segue:

Instituição	Taxa mês	Tipos	Garantias	Vecto	Curto Prazo	Longo Prazo	2017	2016
Santander	1,85%	Capital de giro	(b)	17/12/2018	10.958	-	10.958	20.289
Santander	1,32%	Capital de giro	(a)	03/08/2018	1.417	-	1.417	3.184
Mútuos		Diversos	(c)		2.164		2.164	2.137
Provisão de juros			-		17.181	-	17.181	
Juros a transcorrer			-		(17.181)	-	(17.181)	
Total					14.539	-	14.539	25.610

- (a) Aval da diretoria
 (b) Receita do SUS
 (c) Valor a pagar ao Instituto das Irmãs Santa Marcelina/Rasts Itaquera

12. RENÚNCIA FISCAL - ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de 2015.

Descrição	2017	2016
Ordenados e salários.	987.140	734.194
(*) Percentual de contribuição (a)	27,80%	27,80%
Subtotal	274.425	204.106
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	11.185	8.515
Percentual de contribuição devida (b)	20,00%	20,00%
Subtotal	2.237	1.703
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) =	276.662	205.809

(*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, Sal.-educação 2,5% e seguros contra riscos e acidentes 2%

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Constituída pela Administração, de acordo com a avaliação de risco elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figura como ré. A entidade de acordo com o CPC 25 contabiliza perdas classificadas como prováveis, cujos montantes estão assim representados:

Descrição	2017	2016
Reclamações trabalhistas	2.100	3.535
Processos cíveis	167	33
Acordo de contingências	1.778	-
Contingências no passivo circulante	4.045	3.568
Reclamações trabalhistas	7.151	5.722
Processos cíveis	10.272	10.920
Outros – Auto de infração Receita Federal	8.821	-
Contingências no longo prazo	26.244	16.642
Total	30.289	20.210

14. RECEITAS A APROPRIAR

a) VERBAS E SUBVENÇÕES A APLICAR

Refere-se a recursos recebidos para custeio e investimentos como segue:

Descrição	2017	2016
Verbas a aplicar ^(a)	17.270	25.572
Verbas a aplicar – Pronon ^(d) ⁱ	558	1.295
Verbas aplicadas ^(b)	46.569	42.754
Subtotal	64.397	69.621
Contrapartida receitas	(6.946)	(5.552)
Subtotal (1)	57.451	64.069
Verbas a aplicar – custeio	14.428	6.994
Recursos públicos a devolver ^(c)	809	812
Subtotal (2)	15.237	7.806
Total	72.688	71.875

(a) Verbas de investimentos a aplicar.

(b) Verbas de investimentos aplicadas, cujo reconhecimento da receita está sendo efetuado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

(c) Recursos públicos a devolver para a Secretaria Municipal de Saúde referente aos convênios que foram encerrados.

(d) Recursos recebidos para custeio

b) ADIANTAMENTOS – CONTRATOS BANCÁRIOS

Em 2011 a Entidade assinou contrato de parceria com duas instituições financeiras, relativo aos postos de atendimentos bancários e serviços de pagamentos, com prazo de duração de cinco anos. Pelo contrato a Entidade recebeu o total de R\$ 11.250 mil. Em 2013 houve aditamento em um dos contratos, onde foi recebido mais R\$ 4.000 mil, e prorrogado o prazo de vigência para dezembro de 2018. Em 2016 assinou novo contrato com o Banco Itaú no valor de R\$ 4.500 com vigência de 5(cinco) anos. Os montantes recebidos vêm sendo apropriados mensalmente ao resultado, durante o prazo de vigência dos contratos, R\$ 2.442 mil em 2017. O contrato prevê ainda a devolução das quantias pagas, caso a Entidade venha a rescindí-lo de forma antecipada, e de devolução parcial daquele montante, dependendo do prazo remanescente para o término de vigência dos contratos.

Descrição	2017	2016
Banco Santander	1.542	3.085
Banco Itaú	2.925	3.825
Total	4.467	6.910

c) TOTALIZAÇÃO DA CONTA

Descrição	2017	2016
a) Verbas e subvenções a aplicar	72.688	71.875
b) Adiantamentos – Contratos bancários	4.467	6.910
Total	77.155	78.785

17. VERBAS PARA CUSTEIO RECONHECIDAS NO PASSIVO

Os valores recebidos referentes a verbas para custeio classificadas no passivo em 2017 (a serem aplicadas nos projetos), de acordo com a Resolução CFC Nº. 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07) foram:

Origem	Descrição	2017
Secretaria do Estado da Saúde	001/PGE/2017 – porto velho	1.552
Secretaria do Estado da Saúde	004/PGE/2016 – porto velho	150
Secretaria do Estado da Saúde	008/PGE/2017 – porto velho	200
Secretaria do Estado da Saúde	005/DER/2017 – porto velho	150
Secretaria do Estado da Saúde	065/DER/2017 – porto velho	110
Ministério da Saúde	810658/2014	69
Ministério da Saúde	825805/2015	300
Ministério da Saúde	825875/2015	478
Ministério da Saúde	834060/2016	450
Secretaria do Estado da Saúde	TA 793/2016	20.622
Secretaria do Estado da Saúde	TA 649/2016	8.464
Secretaria do Estado da Saúde	TA 568/2016	12.226
Secretaria do Estado da Saúde	TA 551/2017	2.000
Total		46.771

18. VERBAS PARA INVESTIMENTOS RECONHECIDAS NO PASSIVO

Os valores recebidos referentes a verbas para investimentos classificadas no passivo em 2017 (representados por valores realizados e a realizar), de acordo com a Resolução CFC Nº. 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07) foram:

Origem	Descrição	2016
Secretaria do Estado de Saúde	TA 02/2017 - Itaim	480
Secretaria do Estado de Saúde	TA 02/2017 - Itaquá	794
Total		1.274

Os valores reconhecidos nas contas de resultados em 2017 referem-se a:

Origem	Descrição	2016
Secretaria Municipal da Saúde	Contrato R10/2015 Rasts São Miguel e Itaim	179.310
Secretaria Municipal da Saúde	Contrato R11/2015 Rasts Itaquera/Guaianases	285.589
Total		464.899

19. Verba de Investimento Pronon

	Descrição	2017	2016
COM RESTRIÇÃO			
Pronon SIPAR 25000.074672/2015-77		793	117
Total		793	117

O projeto no Âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON em 2017 foram atendidos 76 pacientes, sendo executados 76 procedimentos de acordo com o relatório de execução. Em 2016 30 pacientes foram atendidos e 78 procedimentos realizados.



20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Descrição	2017	2016
Despesa financeira		
Juros e multas	(3.647)	(6.760)
Despesas bancárias	(432)	(304)
Subtotal	(4.079)	(7.064)
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações	3.670	9.251
Juros ativos e descontos obtidos	1.239	2.857
Subtotal	4.909	12.108
TOTAL	830	5.044

21. DOAÇÕES RECEBIDAS

As seguintes doações foram recebidas:

Descrição	2017	2016
Doações de materiais e medicamentos	4.000	4.541
Doações de pessoa jurídica	608	1.571
Doações em espécie	125	340
Projeto Adote um Leito	3.121	2.544
Outros	2.970	3.134
Total	10.824	12.130

22. RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais.

23. RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. É constituída provisão para créditos considerados incobráveis.

24. COMPENSAÇÕES

A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro e controle das gratuidades concedidas, do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição. O valor registrado em 31/12/17 de R\$ 276.662 que está alocado neste grupo não compõe o Ativo e Passivo da Entidade.

25. SEGUROS (não auditado)

A Instituição, orientada por especialistas, mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos seus bens patrimoniais.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o patrimônio inicial da Casa de Saúde Santa Marcelina, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doações e ajustes de avaliação patrimonial. Em 2017 o valor do patrimônio líquido apresentado é de R\$ 36.004, e déficit de R\$ 61.476. Em 2016 o patrimônio líquido era de R\$ 97.289.



27. CONCESSÃO DE GRATUIDADES

Foram concedidas com observância do limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, Inciso II da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, conforme demonstrativo comparativo, indicado abaixo:

Demonstrativo de Gratuidades e Benefícias

Item	Quantidade	Quantidade
	2017	2016
Quantidade de internações SUS	31.408	31.082
Quantidade de internações convênio e particulares	7.318	7.344
Total das internações do ano	38.726	38.426
Participação no atendimento SUS e não pagantes	81,10%	80,89%

Demonstrativo de Gratuidades e Benefícias por unidade

Item	Quantidade	Quantidade	Total
	P. Velho	S. Paulo	2017
Quantidade de internações SUS	4.006	27.402	31.408
Quantidade de internações convênio e particulares	390	6.928	7.318
Total das internações do ano	4.396	34.330	38.726
Participação no atendimento SUS e não pagantes	91,13%	79,82%	81,10%

As Organizações Sociais de Saúde Santa Marcelina, através das suas Unidades Hospitalares do Itaim Paulista, Itaquaquecetuba, Tiradentes, Micro-Região do Itaim Paulista, Micro-Região Tiradentes Guaianases, das Unidades Ambulatoriais AMAS, AME, do PSF e Lote III recebem verbas governamentais para manutenção de custeio e investimentos para garantir o atendimento da população por meio de contratos, convênios, doações e recursos próprios. A Associação nada cobra por seus serviços de gestão e nem usufrui de qualquer benefício ou vantagem, consoante seu estatuto social e previsão legal.

28. MENSURAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002- Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado em 2017 nas rubricas de serviços voluntários de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. E as atividades dos voluntários não ligados à governança são desenvolvidas por uma equipe de coordenação, denominada “Toque Voluntário”.

Descrição	2017	2016
Governança Cooperativa	2.828	4.320
Grupo Toque Voluntário	728	605
Total	3.556	4.925

